



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Goulart Dornelas, Liege; Silva Martins, André

A parceria como ferramenta de ação empresarial na definição da política de formação continuada de professores

EccoS Revista Científica, núm. 30, enero-abril, 2013, pp. 113-128

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71525769007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A PARCERIA COMO FERRAMENTA DE AÇÃO EMPRESARIAL NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

THE PARTNERSHIP AS TOOL OF BUSINESS ACTION IN DEFINITION
OF THE POLICY OF CONTINUING TEACHER TRAINING

Liege Goulart Dornelas

Professora da Universidade Antonio Carlos e da rede Estadual de Minas Gerais
na cidade de Governador Valadares.
Governador Valadares, MG – Brasil.
liegedornellas@yahoo.com.br

André Silva Martins

Professor Adjunto da área de política educacional do Departamento de Educação da UFJF, integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF, coordenador do grupo de pesquisa Coletivo de Estudos de Política Educacional.
Juiz de Fora, MG – Brasil.
andresilvamartins@globocom.com

RESUMO: Neste trabalho temos por objetivo analisar o fenômeno político parcerias na educação. Tomamos como foco a relação entre organizações empresariais e aparelhagem estatal, considerando o contexto de difusão da ideologia da responsabilidade social e de afirmação do modelo de Estado gerencial no Brasil. O recorte empírico da pesquisa se concentrou nas formulações da Fundação Vale (FV) sobre o tema parcerias na educação. O objetivo do estudo é problematizar a existência do fenômeno e elucidar as implicações do mesmo sobre a configuração da política de formação docente. À luz do materialismo histórico, o processo de investigação se concentrou nas fontes documentais produzidas pela FV. Concluímos que a articulação política proposta pela FV às Secretarias de Educação implica na definição das bases da política de formação de professores, visando transformá-los em difusores e organizadores de certa concepção de formação humana e na legitimação do empresariado como formulador e executor de política educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Empresariado. Parceria. Política educacional.

ABSTRACT: In this work we aim to analyze the political phenomenon partnership in education. We have taken as focus the relation between business organizations and state apparatus and take into consideration the context marked by diffusion of the social responsibility ideology and affirmation of the Management State in Brazil. The empirical cutting of research focused on Fundação Vale (FV) formulations about the theme partnership in education. The objective of the study is to problematize the existence of

the phenomenon and to explain its implications in the configuration of teacher training policies. Based on historical materialism, the investigation process focused on documental sources produced by FV. We have concluded that the political articulation proposed by FV to education departments imply the definition of the basis of the teacher training policies, aiming to create broadcasters and organizers of one specific conception of human formation and to legitimize the businessmen as formulators and executors of educational politic.

KEY WORDS: Businessmen. Educational policy. Partnership.

1 Introdução

O envolvimento do empresariado industrial com a educação não se constitui em algo novo no Brasil. Desde os primórdios do século XX, esse grupo social vem implementando ações educativas destinadas a adequar a força de trabalho às necessidades políticas e econômicas de seu projeto de sociedade. Nos anos iniciais do século XXI, verificamos que ocorreu a intensificação, especialização e diversificação das ações destinadas à formação humana, com atenção especial à formação de professores. Essas ações foram ampliadas a partir do fortalecimento do fenômeno político denominado parcerias – algo novo na realidade brasileira.

Considerando que as ações empresariais na educação, a partir dos anos 2000, estão relacionadas à ideologia da responsabilidade social (MARTINS, 2009), uma construção teórico-prática relacionada à nova pedagogia da hegemonia no Brasil (NEVES, 2005), cabe uma pergunta: qual o significado das articulações políticas denominadas de parcerias que vem sendo implementadas por organismos empresariais e instâncias da aparelhagem estatal no campo educacional na atualidade?

Para avançar na compreensão do significado das parcerias na educação tomamos como base o caso da Fundação (empresarial) Vale (FV) na política de formação do trabalho docente. Esclarecemos que este trabalho se insere num projeto de pesquisa mais amplo que busca elucidar a atuação empresarial sobre a educação básica e a formação/trabalho docente.

Orientados pelo método materialista histórico-dialético e por meio da investigação de fontes documentais, no presente trabalho pretendemos apresentar uma análise que pode contribuir para as reflexões acerca da definição e implementação da política educacional especificamente destinada à formação dos professores da educação básica.

2 Localizando a Fundação Vale e o seu projeto de formação docente

A Vale é uma das mais importantes empresas mineradoras do mundo. Além das unidades no Brasil, possui inserção em vários países, por exemplo, Canadá, Austrália, China, Cingapura, Coreia do Sul, Japão e Suíça. Sua atividade econômica principal se concentra no beneficiamento e comercialização do minério de ferro, níquel, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferroligas.

Alguns dados da conjuntura nacional e internacional foram decisivos para que a empresa Vale criasse a Fundação Vale (FV). Entre eles, podemos citar dois aspectos: o aprofundamento da concorrência intercapitalista e a necessidade de atenuar os conflitos sociais gerados pela sua atividade econômica, sem deixar que tais tensões “manchem” a marca consolidada no mercado. Nessa linha, a FV foi constituída para “[...] fortalecer o capital humano e contribuir para o desenvolvimento social e econômico das comunidades, potencializando os investimentos sociais da Vale” (FUNDAÇÃO VALE, 2010, p. 2). A FV pretende: “[...] deixar um legado de sustentabilidade nas regiões onde a Vale atua” (VALE, 2009a, p. 74).

A perspectiva de atuação desse organismo envolve ações em municípios e localidades nos quais a empresa atua, basicamente, por meio de parcerias com instâncias da aparelhagem estatal e com outras organizações da sociedade civil. Em 2011, a FV executava 12 projetos sociais em diferentes partes do mundo, tendo a centralidade de suas ações no Brasil.

No âmbito do Programa Escola que Vale (EQV), a FV estabeleceu uma parceira com o Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (CEDAC). Trata-se de uma organização da sociedade civil que atua na educação pública desde 1997, por meio da venda de projetos e serviços de assessoria educacionais para prefeituras brasileiras e organizações empresariais. Juntos, a FV e CEDAC formam um complexo político especializado na área educacional.

As ações no âmbito do EQV envolvem uma divisão de trabalho bem definida: (a) Fundação Vale - cabe selecionar municípios; estabelecer convênios com prefeituras; definir as metas, os fundamentos gerais e o cronograma de execução do programa junto ao CEDAC; (b) CEDAC - deve transformar os fundamentos gerais estabelecidos pela FV em fundamentos

pedagógicos do programa, envolvendo a preparação do material didático e oferecer cursos de formação em serviço de gestores e professores, o monitoramento e avaliação das etapas do programa; (c) Prefeituras - cabe mobilizar os gestores e professores para participarem dos cursos, oferecendo ainda toda a logística necessária à realização das formações.

Nessa divisão de trabalho, as Secretarias Municipais de Educação se subordinam, integralmente, às diretrizes políticas e pedagógicas estabelecidas pela FV/CEDAC e a preparar politicamente os professores das redes municipais para receberem as diretrizes do projeto. O privado determina o conteúdo da formação no espaço público.

No sentido de compreender criticamente a relação FV-CEDAC-Prefeituras na formação de gestores e professores em serviço é necessário realizar a constituição de parcerias na realidade brasileira, refletindo, portanto, sobre o Estado.

3 Estado e parcerias: significado político

No início dos anos de 1990, as evidências de que os fundamentos do neoliberalismo ortodoxo aplicados nos países centrais promoveram poucos efeitos positivos para recuperação da taxa de crescimento significaram a possibilidade de recomposição das forças políticas no interior da classe burguesa. Considerando que os anos de 1980 haviam se constituído na “década perdida”, os intelectuais orgânicos da classe empresarial iniciaram um intenso processo de busca por alternativas. Era necessário, ao mesmo tempo, difundir a ideia de que não havia saída para além do capitalismo e estabelecer referências concretas para recuperação do crescimento econômico com o estabelecimento da coesão social.

Em relação ao segundo movimento, um grupo de intelectuais de importantes forças políticas dos Estados Unidos e da Inglaterra iniciaram o processo de elaboração dos fundamentos do “capitalismo humanizado”, isto é, uma forma de produção da existência humana que se faz a partir da conciliação entre a centralidade da “livre economia de mercado”, como defendida pela ortodoxia neoliberal, com a noção de “justiça social”, como reclamada pelas forças políticas identificadas com a social-democracia clássica. As forças sociais que assumiram com maior visibilidade esse movimento foram:

nos Estados Unidos, os “novos democratas”, uma ala progressista do Partido Democrata daquele país; na Inglaterra, o *New Labor*, corrente reformista do Partido Trabalhista inglês, responsável por “atualizar” a doutrina do trabalho à realidade do “novo mundo” (MARTINS, 2009).

A capacidade de articulação e sistematização dos intelectuais orgânicos¹ desse movimento possibilitou não só a definição de um vigoroso projeto político, como também a aglutinação de forças políticas e líderes de países (presidentes e primeiros ministros, sobretudo) em torno da organização internacional da Cúpula da Governança Progressista em 1998.

A proposição central da Cúpula foi estabelecer uma alternativa ao neoliberalismo ortodoxo em crise (denominado por eles de “direita”), e aos “falidos” preceitos da social-democracia clássica (qualificada como “esquerda”). Diante de tal propósito, esse movimento se autodenominou de Terceira Via, uma suposta alternativa à direita e à esquerda mundial, posição esta que sugere ser possível conciliar os fundamentos de uma economia de livre mercado (neoliberalismo) com crescimento econômico e desenvolvimento social (social-democracia) nos marcos do capitalismo.

Nesse projeto político sistematizado pelo sociólogo inglês Anthony Giddens, propõe-se que a aparelhagem estatal não deve ser nem mínima nem máxima, mas, sim, “necessária”, pois se deseja que “[...] o Estado não tenha de remar, mas assumir o leme: não apenas controlar, como também desafiar [...]” (GIDDENS, 2001, p. 16). Seria função do aparelho de Estado incentivar o desenvolvimento econômico, reordenar a sociedade civil e educar os indivíduos para uma nova sociabilidade.

Nesse modelo, “Estado e sociedade civil deveriam agir ‘em parcerias’, cada um para facilitar a ação do outro, mas também para controlá-la” (GIDDENS, 2005, p. 89, grifo nosso). Para a Terceira Via, trata-se de incentivar um processo de novo tipo denominado “democratização da democracia” (GIDDENS, 2005, p. 80), ampliando a possibilidade de participação nas definições dos temas sociais e econômicos.

Analisadas por uma perspectiva crítica, observa-se que essas noções procuram orientar um intenso processo de repolitização da política, difundindo a ideia de que o progresso de um país depende da capacidade de mobilização e de colaboração social de seus cidadãos e organizações por meio de parcerias.

O Estado deve ser reformado para assumir uma dimensão gerencial. Isso:

[...] não implica afirmar que os governos devem adotar um papel reduzido no mundo. A reforma do Estado pode dar ao governo mais influência do que antes, em vez de menos. Há uma diferença entre um Estado grande, medido pelo número de funcionários ou pelo tamanho do seu orçamento e um Estado forte (GIDDENS, 2001, p. 63).

Assim, passaria a ser papel de todo governo coordenar ações para estabelecer parcerias. Isso significa que “[...] o governo pode agir em parceria com instituições da sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade” (GIDDENS, 2005, p. 79). Sob o ângulo organizativo, a parceria envolveria: a) fundações, institutos e associações de direito privado com empresas; b) fundações, institutos ou associações com outras organizações do mesmo gênero; c) organismos internacionais com fundações, institutos e associações nacionais e d) instâncias da aparelhagem estatal com fundações, institutos e associações de direitos privado. Sob o prisma político, seu objetivo é criar “soluções” para questões sociais a partir de novas práticas.

Esse projeto recomenda ainda que a sociedade civil seja transformada no terceiro setor ou “sociedade civil ativa” para ampliar a eficiência das ações sociais. Argumentam que, no novo mundo, não cabem velhas práticas, nem conflitos, para defender que a sociedade civil deve ser dinamizada por aquilo que Gramsci (2000) denominou “pequena política”².

Na perspectiva da parceria, o Estado gerencial afirma-se também como o “Estado do investimento social”, concentrando-se precisamente em desenvolvimento de capital social e capital humano, tendo como referência a difusão da cultura empresarial. A sociedade civil, metamorfoseada em terceiro setor, se configuraria na promotora do bem-estar. A base desse processo deveria ser baseada no estímulo da cultura empresarial para gerar ideias e ações mais criativas (GIDDENS, 2001). Os empresários socialmente responsáveis são líderes natos que têm muito a ensinar (GIDDENS, 2005).

Nessa linha, a parceria se converte em instrumento político para, no plano social, definir novas referências culturais que podem sedimentar a noção de que todos, indistintamente, podem se conciliar para promoção da paz, tal como propõe a nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005).

As formulações da Terceira Via sobre Estado e parceria serviram de base para a definição das políticas públicas nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) e governos Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) com impactos significativos na configuração e dinâmica de estados e municípios brasileiros de acordo com a nova pedagogia da hegemonia (MARTINS, 2009).

4 A Fundação Vale em ação

Apreendendo as proposições delineadas pela Terceira Via, a Fundação Vale se constitui num caso exemplar do significado da parceria, especificamente na educação básica e na formação em serviço de gestores e professores, materializando a ideologia da responsabilidade social. Para Ricardo Young (2006 apud COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 2006, p. 63), ex-presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social: “A Vale tem sido uma parceria firme do movimento de responsabilidade social empresarial, não só no sentido de se engajar, mas também como irradiadora da ousadia e da coragem necessárias nesse movimento”. Cumpre destacar que a atividade de mineração é reconhecida no mundo como aquela que mais gera passivos ambientais e sociais pelo impacto direto sobre o ambiente físico e as comunidades do seu entorno.

A descrição da “missão” da Fundação Vale é bastante elucidativa do papel que ela deve cumprir:

[...] contribuir para o desenvolvimento integrado – econômico, ambiental e social – dos territórios onde a Vale atua no Brasil, articulando e potencializando os investimentos sociais, fortalecendo o capital humano nas comunidades e respeitando as identidades culturais locais (VALE, 2009a, p. 74).

É possível verificar que a atuação da FV não se limita ao que se denominou desenvolvimento de capital humano. Suas ações abrangem também o desenvolvimento do capital social das comunidades. Isso fica evidenciado na descrição do objetivo da FV:

[...] melhorar as condições de vida das populações, fortalecendo o relacionamento com as comunidades e realizando ações estruturantes, em três áreas de atuação: infraestrutura, gestão pública e desenvolvimento humano e econômico (FUNDAÇÃO VALE, 2010, s/p).

O projeto EQV foi iniciado em 2003, por meio de um projeto-piloto desenvolvido em seis municípios dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão e Pará. Depois da primeira experiência, o programa foi perenizado e ampliado, envolvendo a rede de “parceiros”. Trata-se de uma iniciativa que procura mostrar concretamente, para a sociedade em geral, os elementos de uma nova cultura cívica em que as contradições se reduzem a diferenças que todos podem atuar em favor de um único projeto de educação.

O EQV abrange a formação continuada de professores e gestores de escolas das redes municipais de educação. A FV e o CEDAC (2002) acreditam que investir na formação de professores e de especialistas é a melhor forma de contribuir para a melhoria da qualidade de educação pública do país. Isso fica evidenciado na seguinte descrição do EQV:

[...] a qualificação e a formação continuada de professores com o objetivo de melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos da Rede Pública de Ensino de 1ª a 4ª séries e último ano da educação infantil. Além dos professores e dos alunos, o programa também envolve diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos e supervisores de escolas, além de técnicos das Secretarias de Educação dos municípios (VALE, 2009b, s/p).

O EQV se limita ao Ensino Fundamental público. A ênfase nesse nível de ensino é justificada nos seguintes termos:

[...] [é no ensino fundamental que se] gera o compromisso da equipe escolar com a aprendizagem das crianças; garantir a continuidade na escolaridade para todos os alunos; estimula o envolvimento da comunidade e a valorização da cultura local; estimula a tomada de consciência do valor do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida (CEDAC, 2002, s/p).

O complexo FV/CEDAC defende que o EQV possibilita a “transformação” das condições de trabalho de professores através da supervisão da docência/gestão realizada pelo CEDAC, participação de reflexões coletivas, participação em oficinas e participação de grupos de estudos (CEDAC, 2002).

Contudo, nos documentos estudados não há nenhuma indicação para mudança real nas condições de trabalho docente. A verificação da realidade em um dos municípios em que o programa vem sendo realizado confirma que as condições de trabalho dos docentes não foram alteradas. Temas como melhoria salarial, carreira, licença remunerada para qualificação e infraestrutura das escolas não estiveram presentes na pauta da suposta transformação das condições de trabalho proposta pelo FV/CEDAC.

No município analisado, constatamos que os professores e gestores envolvidos no projeto, ao contrário de melhoria nas condições de trabalho, tiveram suas jornadas semanais ampliadas em função dos cursos, reuniões e produção de relatórios, sem nenhum tipo de compensação financeira. Ao contrário do que foi indicado, o que observamos foi a intensificação do trabalho docente no âmbito do projeto, com a manutenção das condições pré-existentes. Mesmo assim, as taxas de adesão dos professores ao EQV são significativas, segundo a FV/CEDAC. Isso foi comprovado na realidade de um município que contou com 86% das escolas da rede municipal vinculadas ao programa.

A mobilização dos professores para viabilização do EQV parte de uma constatação sobre a configuração e dinâmica do trabalho pedagógico na atualidade. Sobre esse tema, a formulação da principal dirigente do complexo FV/CEDC é muito esclarecedora:

Os professores que atuam no ensino fundamental muitas vezes não se sentem profissionais, pois não são vistos como tal, seja na representação que a sociedade faz deles, seja na caracterização das suas situações de trabalho. Ainda existe uma forte idéia de que ensinar é tarefa fácil, que qualquer pessoa dedicada e paciente pode realizar sem grandes dificuldades. Não é considerada a complexidade que tal tarefa envolve: necessidade de conhecimentos, capacidades e práticas específicas (o que de fato configura o ensino como um campo profissional).

A transformação dessa concepção, principalmente por parte dos próprios professores, é fator importante para a mudança das condições de trabalho e da própria organização institucional dos sistemas educativos que interferem na qualidade de atuação desses profissionais (CARDOSO, 2007, p. 19).

Afirma também que,

Ao longo dos anos ela [a profissão de professor] foi depreciada de tal forma que os professores que atuam hoje nos sistemas públicos são, em inúmeros casos, eles próprios egressos de uma educação que não lhes garantiu a aprendizagem nem aquilo que todo cidadão necessita saber, nem do que precisam saber como profissionais. Isso se reflete na baixa remuneração que os impede de investir em seu próprio desenvolvimento por meio de cursos, livros etc., como fazem outros profissionais. Com isso o esforço que têm de fazer para produzir um bom trabalho é gigantesco. E é admirável o que muitos conseguem aproveitando o máximo que podem daquilo a que têm acesso. Daí a importância de incluir, como parte dos programas de formação, a disponibilização de insumos intelectuais e culturais sob diversas formas e ações capazes de torná-los permanentes (Ibidem, p. 41).

Para o complexo FV/CEDAC, o professorado do Ensino Fundamental vive uma crise social de identidade profissional que repercute na fragilização do trabalho pedagógico com efeitos negativos na formação

dos alunos. Assim, o complexo defende que a superação dessa crise exige mudanças culturais profundas as quais devem ser iniciadas pela revisão da própria postura profissional.

Em nossa avaliação, o que se configura como a causa da crise de identidade (as condições de trabalho e remuneração) são tomadas como consequência pela FV/CEDAC.

As mudanças propostas pelo EQV envolvem, entre outras atitudes, a substituição da cultura do trabalho individualizado pela cultura do trabalho em equipe e a profissionalização do professor por meio da aquisição dos chamados “[...] insumos intelectuais e culturais”, o que tenderia resultar uma nova cultura profissional (Ibidem, 2007, p.22). Esses insumos correspondem a “banhos de cultura”, isto é, ações pontuais e descontínuas, restritas a visitas a museus e a ida em teatro e cinema para aqueles que vão até São Paulo para os cursos na sede do CEDAC.

De fato, é fundamental e indispensável que os professores tenham acesso a bens imateriais presentes em nossa cultura, no entanto, acreditamos que isso não se realiza por meio de contatos com eventos esporádicos ou tópicos descompassadas de uma política de lazer. A elevação cultural é algo mais complexo e processual. Provavelmente com salários dignos e jornadas de trabalho menos exaustivas, os professores não dependeriam dos eventos promovidos pelo EQV.

Os argumentos apresentados pelo FV/CEDAC no âmbito do EQV, ainda que resguardem algumas indicações para se pensar criticamente o trabalho educativo e a condição do trabalho docente na rede pública municipal, quando contextualizados no debate contemporâneo, tornam-se claros. Desde os anos de 1990, período em que o empresariado promoveu o processo de reestruturação produtiva, as mudanças nos processos de trabalho indicavam a necessidade de um novo trabalhador. Nos estudos de Sennet (1999), é possível observar o que significa a configuração do chamado “trabalhador flexível” – aquele que se torna mais aberto às mudanças, aceita riscos e que assimila o fracasso, mesmo quando não é o culpado pelas crises – e “trabalho em equipe” – um tipo de trabalho em relações pragmáticas são estabelecidas para o alcance de metas traçadas pelos superiores com agilidade e eficiência.

Aproximando essa reflexão mais geral para a educação, e considerando que existem iniciativas governamentais e empresariais que

indicam a necessidade de um novo perfil de professor, é possível localizar, historicamente, a noção de “cultura profissional” presente no EQV. Em um diálogo crítico com Loureiro (2001) e Caria (2008), é possível afirmar que cultura profissional é uma noção que serve para designar o conjunto de valores, ideias e práticas comuns manifestadas por um grupo profissional no cotidiano. A cultura profissional seria então o resultado de como o grupo profissional concebe e realiza sua profissão a partir de diferentes mediações que envolvem: a formação inicial e em serviço, a política educacional, a inserção política na comunidade local e na sociedade, considerando as mudanças sociais e econômicas ocorridas em um país e no mundo.

Quando o complexo FV/CEDAC afirma que há uma crise de identidade profissional e que essa crise exige mudanças na cultura profissional sem relacionar essa suposta mudança às condições objetivas e subjetivas de vida dos professores, o que pretende é, de fato, criar condições para difundir os preceitos do que seria o “professor eficiente” e a “boa prática pedagógica” para uma educação de qualidade de acordo com a perspectiva gerencialista. Nessa perspectiva, o EQV reproduz algumas ideias, tais como a do professor estadunidense Doug Lemov, no livro de *Aula nota 10*, editado no Brasil em 2010, pela editora Virgília; o projeto “Sala de aula estruturada”, que propõe o apostilamento da Educação Básica como receita para melhoria do desempenho do professor, defendido por Guiomar Namo de Melo³, os pacotes pedagógicos do Instituto Ayrton Senna, que operam como um receituário de práticas. Em conjunto, esses exemplos indicam o que significa a direção da mudança do perfil do professor dentro da nova cultura profissional.

Considerando esses elementos, concluímos que, com a defesa da “nova cultura profissional”, o EQV busca instituir uma reforma moral e intelectual dos professores municipais para convertê-los em difusores de ideias, conhecimentos e referências morais idealizados pela FV e seu parceiro, o CEDAC.

A formação dos professores e gestores no âmbito do EQV ainda envolve a noção de “autonomia do professor”.

O EQV defende a importância da autonomia do professor para o exercício profissional como base da nova cultura profissional:

É importante promover o desenvolvimento de competências que permitam ao profissional uma relação de “autonomia no trabalho, criando propostas de intervenção pedagógica, lançando mão de recursos e conhecimentos pessoais e disponíveis no contexto”, integrando saberes, sensibilidade e intencionalidade para responder a situações reais, complexas e diferenciadas (CEDAC, 2002, s/p, grifos nossos).

Desse modo, o professor deve identificar possibilidades e fazer escolhas, assumindo os ônus e os bônus gerados por essas escolhas. Isso envolveria

[...] processos construtivos de ação-reflexão-ação num espiral e, em função disso, inclui o tempo necessário para que os professores, mediante assimilações sucessivas, possam dar continuidade as suas aprendizagens e ao desenvolvimento de sua autonomia profissional (CEDAC, 2002, s/p).

Para formar a competência da autonomia, o EQV estabelece, em sua metodologia, um “cardápio de projetos” – sugestões de práticas de ensino que o professor deve escolher para ordenar o seu trabalho. A autonomia significa então saber escolher que item do “cardápio pedagógico” se encaixa melhor na necessidade de aprendizagem dos alunos. O cardápio contém uma estrutura pronta com justificativa, orientações de trabalho e também sugestões de atividades, bastando o professor escolher um dos temas.

Diante do exposto: como falar em autonomia se toda formação é balizada em manual de instruções? Como pensar “autonomia” se o professor é orientado a cumprir procedimentos padrões?

A autonomia exige a possibilidade de escolhas de perspectivas pedagógica, política e filosófica (FREIRE, 1996), uma visão diferente da apresentada pelo EQV. Autonomia, portanto, é um processo complexo que se conquista na medida em que o sujeito faz escolhas conscientes e toma posições a partir de uma visão coerente com a concepção de mundo e de educação que defende a partir de condições objetivas. Não é isso que propõe o EQV.

5 Considerações finais

A partir do caso Fundação Vale, concluímos que as parcerias servem para difundir um projeto pedagógico que traduz a visão hegemônica de educação e de sociabilidade, tal como propõe o neoliberalismo da Terceira Via. O complexo formado pela Fundação Vale e CEDAC é somente um dos sujeitos políticos coletivos que atuam na difusão de um novo senso comum na educação e na política. A primeira conclusão a que chegamos é a de que a ampliação dos estudos sobre organizações e projetos empresariais para a educação constitui um desafio ainda maior na atualidade.

No plano mais específico, procuramos revelar que a Fundação Vale, de maneira sutil, difunde novas referências pedagógicas para transformar os trabalhadores em educação em difusores e organizadores da concepção dominante de mundo por meio do trabalho pedagógico realizado no âmbito escolar. Assimilando esses trabalhadores e diante de movimentos políticos de resistência que podem explicitar as contradições, a Fundação Vale legitima não só a empresa Vale, mas também toda a classe empresarial como aquela que é capaz de dirigir a sociedade para o crescimento econômico com desenvolvimento social. Assim, o efeito político de programas da Fundação vai muito além das implicações diretas na educação escolar, pois reforçam a pedagogia da hegemonia, legitimando uma concepção de mundo e de sociabilidade. Os papéis dos professores, coordenadores e diretores envolvidos no programa EQV ultrapassam a formação técnico-científica e a ético-política no Ensino Fundamental. Elas devem atingir, ainda que por diferentes mediações, o plano mais geral das relações sociais por meio da legitimação do novo senso comum. Nesse sentido, a expressão “todos pela educação” – empresas, governos municipais, professores, pais de alunos –, algo que a Fundação procura legitimar, é muito mais do que um *slogan*, é uma construção política a qual sinaliza que o novo tempo seria o da unidade de todos os indivíduos em nome do bem-comum. Nesse caso, concluímos que a noção de “parcerias” é uma construção política importante que permite o privado instituir as práticas no espaço público.

Nossa expectativa é que este estudo contribua para trazer mais elementos sobre a problemática das parcerias na educação escolar, que novas investigações sobre programas educativos empresariais sejam realizados e que, nesse processo, uma vontade coletiva contra-hegemônica possa florescer.

Notas

- 1 Um dos mais proeminentes intelectuais desse movimento é o sociólogo Anthony Giddens. Coube a ele não só sistematizar e difundir os preceitos da Terceira Via por meio de publicações, mas também ordenar uma política de monitoramento da difusão do projeto no mundo.
- 2 Para Gramsci (2000, p. 21): “[...] a pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política.” Orientada pela pequena política, a sociedade civil tende a deixar de se constituir como palco principal das lutas de classe e da contradição para se ordenar como espaço da colaboração entre classes e da diferença.
- 3 Ver: <http://www.youtube.com/watch?v=5QEk5-cPIIdQ>. Acesso em: 20 mar. 2012.

Referências

- CARIA, Telmo H. A cultura profissional: reconfiguração do trabalho técnico-intelectual e o profissionalismo nas sociedades pós-industriais. In: VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. Lisboa, Portugal, 25 a 28 de junho de 2008. *Anais*. Universidade Nova de Lisboa. Portugal.
- CARDOSO, Beatriz(Org.). *Ensinar: tarefa para profissionais*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- CEDAC. Programa Escola que Vale. *Formação de Professores*. São Paulo, SP: CEDAC, 2002.
- COMPANHIA VALE DO RIO, Relatório de Sustentabilidade. Rio de Janeiro: RJ, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FUNDAÇÃO VALE, 2010. Disponível em: <<http://www.vale.com/vale/media/FolderFunda%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2010.
- GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da sociodemocracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _____. *A Terceira Via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro, 2000.
- LOUREIRO, Carlos. *A docência como profissão*. Culturas dos professores e a (in) diferença profissional. Porto, Portugal: Asa Editores, 2001.
- MARTINS, André Silva. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2009.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, SP: Xamã, 2005.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VALE. *Relatório de sustentabilidade*, 2009a.

_____. Disponível em: <<http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=214>>. Acesso em: 22 abr. 2009b.

Recebido em 31 maio 2012 / Aprovado em 16 nov. 2012

Para referenciar este texto

DORNELAS, L. G.; MARTINS, A. S. A parceria como ferramenta de ação empresarial na definição da política de formação continuada de professores. *EccoS*, São Paulo, n. 30, p. 113-128. jan./abr. 2013.